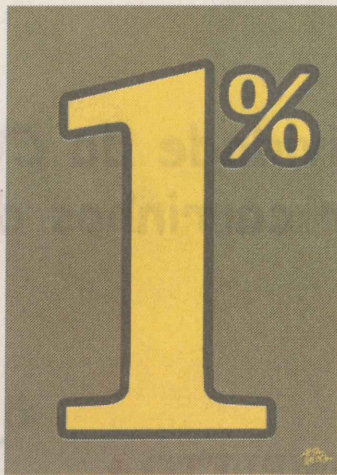


# Palpite sobre o PIB

O meio empresarial já tem em mente o resultado da economia no primeiro trimestre. Nesse período, o PIB do país teve crescimento em torno de 1%, estimam representantes de diferentes ramos, antecipando-se à divulgação oficial a ser feita pelo IBGE.

Ao que parece, a alta de 1% é um palpite psicologicamente correto. Está na divisória entre otimismo e pessimismo. Não causa euforia nem tristeza. Talvez o governo esteja torcendo por um patamar mais baixo. Refletiria a eficiência das medidas macroprudenciais e aliviaria pressões para novos aumentos da Selic. No entanto, o crescimento de 1% também serve para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, dizer que o ritmo está dentro dos cálculos do governo, e que confirma a tendência de expansão anual próxima a 4%.

Já a iniciativa privada certamente gostaria que o trimestre exibisse dinâmica maior, embora o provável crescimento em torno de 1% não seja de causar surpresa. Desde o início de 2011, era esperado desaquecimento, notadamente no setor industrial, em relação a 2010. Razões não faltam para essa expectativa. Além da política de crédito restritiva, o aumento dos juros alimenta fartamente entrada de recursos estrangeiros no país. O fluxo tem sido volumoso, pressionando cada vez mais a apreciação do



real frente ao dólar. De há muito, o câmbio vem prejudicando as exportações, principalmente de produtos industrializados, ao mesmo tempo em que ajuda a ampliar a concorrência no mercado interno, barateando produtos importados.

Uma fatia das importações diz respeito a insumos, peças e componentes utilizados pelo parque industrial brasileiro – ajudando muitas empresas no quesito vital chamado competitividade. Mas aqui desembarcam atualmente muitos produtos que vão direto para o varejo, a preços mais baixos que os similares brasileiros, afetando fortemente a cadeia produtiva doméstica. Para vários segmentos industriais, a maior preocupação em termos de mercado interno é com o fato de a participação de mercadorias importadas atingir 20% do consumo nacional,

conforme mostram dados da Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior). Era de 17% em 2009, ano da crise econômica mundial. Como cresceu! Em 2003, a taxa ficava em 12,4%.

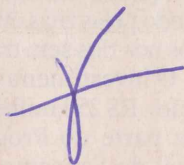
Então, somam-se três fatores: exportações tolhidas (pelo câmbio, pelo crédito oneroso, pela carga tributária e pelos demais itens do anticompetitivo custo-Brasil); mercado interno invadido por produtos estrangeiros; e consumo das famílias contido pela política monetária restritiva. O resultado tornou-se inevitável: a indústria desacelerou. Segundo pesquisa da CNI, pelo terceiro mês consecutivo, o Índice de Utilização da Capacidade Instalada esteve abaixo do usual em fevereiro (dado mais recente). Esse quadro dá aval ao palpite de que o crescimento do PIB do país ficou próximo a 1% no primeiro trimestre.

Ainda bem que o empresário brasileiro é persistente. Continua a se preparar para o amanhã. Uma demonstração disso é que, mesmo com o PIB em banho-maria, a produção de bens de capital aumentou 3,4% em março, depois de crescer 2,2% entre janeiro e fevereiro. Sabe-se que o maior efeito do aperto no crédito acontecerá no segundo semestre. Depois, o cenário tende a melhorar.

■ Angelo Passos, jornalista, escreve às sextas-feiras. e-mail: apassos@reddegazeta.com

ORLANDO CALIMAN

Instituto Jones dos Santos Neves  
Biblioteca



# A lógica do crescimento

A economia capixaba apresenta uma lógica bem clara de crescimento e desenvolvimento, tanto em termos territoriais quanto de forma e conteúdo, processo que teve início na década de 70. Trata-se de uma lógica com forte apelo à escala dos investimentos e densa em capital – capital intensivo –, que exige e demanda alta concentração territorial e especificidades de infraestrutura e logística. Elementos que estarão presentes por um longo tempo no futuro, pelo menos a se julgar pelo que se projeta de investimentos para os próximos cinco anos.

O IJSN divulgou o mapa de investimentos para o período 2010-2015, distribuídos por setores e regiões. Algumas características nele contidas chamam a atenção. A primeira delas diz respeito à grande concentração no setor de energia, que compreende extração de petróleo, geração de energia, gás e atividades afins. Aproximadamente 60% de um total de quase R\$100 bilhões. Esse setor passou a ser o carro-chefe da economia, substituindo o já tradicional setor de produção de commodities – minério, siderurgia e celulose.

Outro aspecto que sobressai é a grande concentração terri-

torial dos investimentos, sobretudo, nos municípios litorâneos, por fatores até óbvios, como aqueles que associam condicionantes naturais à logística. Em parte são fatores que funcionam como diferenciais de competitividade no mercado global, como acontece com o complexo minero-metalúrgico e na produção de celulose. Já no caso do setor de energia – petróleo, gás e geração de energia – prevalecem questões relacionadas à proximidade dos locais de exploração.

Segundo o IJSN, cerca de 90% dos investimentos acontecerão na extensão territorial que compreende os municípios litorâneos – de Presidente Kennedy a Conceição da Barra. Somente a Microrregião expandida Sul abará algo em torno de R\$ 40 bilhões (cerca de 40% do total).

Se fizermos uma conta bem simples, relacionando o investimento médio anual com o PIB – o total da riqueza produzida anualmente –, vamos chegar a um resultado que podemos qualificar como fantástico. A essa relação damos o nome de taxa de investimento anual da economia.

No caso do Espírito Santo, somente levando em conta os investimentos projetados – existem outros não computa-

dos pelo IJSN, principalmente pequenos investimentos e também alguns investimentos de reposição –, essa taxa chegaria a 30%, considerando-se o PIB estimado para 2010 em R\$ 84 bilhões. A média brasileira luta para chegar aos 20%; está, hoje, em 19,5%.

Em síntese, pela leitura dos dados, é perfeitamente previsível que teremos essa tal lógica de crescimento ainda mais reforçada nos próximos anos ou mesmo décadas. Isso importará no enfrentamento de grandes desafios, a começar pela infraestrutura de transporte, nos seus vários modais, como ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, que deverá dar conta das conexões externas de inserção nacional e internacional, mas principalmente das conexões internas, entre as regiões e dentro das cidades – logística das cidades.

Outro grande desafio, em estreita vinculação com o primeiro, está relacionado à inserção das demais regiões e municípios do Estado a essa lógica. Isto é, como fazer “transbordar” o crescimento e desenvolvimento do litoral para o interior? Acredito ser possível e viável.

Orlando Caliman é economista. E-mail: caliman@futuranet.ws